

A MEMÓRIA COMO SUJEITO E OBJETO DO CONHECIMENTO

Túlio Henrique Pereira¹
Maria Helena Ochi Flexor²

Resumo: Objetiva-se neste artigo discutir algumas das categorias de sujeito determinantes de um jogo múltiplo dos símbolos de conexões diretamente ligados à questão da memória coletiva e suas formas de objetivação. Partindo de uma estrutura reformuladora do pensar nas ciências humanas, especialmente na história, eleva-se uma breve análise interdisciplinar do que seria a memória para além de seus dispositivos psicossociais, definidos nos atos de lembrar e esquecer. Pautamos-nos ao exercício de questionar e ilustrar algumas práticas suscitadas por seus mecanismos ao mesmo passo em que oferecemos uma abordagem fenomenológica à questão da memória convergida do seio social em sujeito e objeto de saberes.

Palavras-chave: Memória, sociedade, sujeito, objeto, saberes.

Introdução

É a partir de uma perspectiva histórica que nos lançamos ao ofício de observar, analisar e entender minimamente a teoria da memória, discutida por seus principais teóricos, como um fenômeno multifacetado. Engendrando um caminho complexo ao mesmo tempo desafiador para a pesquisa nas ciências humanas, especificamente no campo da História, que é analisar o conceito da memória e seus recorrentes fenômenos a partir de uma historicidade crítica e interdisciplinar.

Objetivamos problematizar, de modo geral, aquilo que Santos (2003) afirma em seu livro “Memória coletiva e teoria social” a respeito de fundamentalmente compreendermos a memória, efetivamente, como sujeito e objeto do conhecimento. Para tanto nos cercamos, inicialmente, das concepções halbwachianas sobre a memória coletiva somando-as às categorias de representações sociais, aos postulados da Nova História³, às características multimodal e multidisciplinar da memória e concepções historiográficas em torno do sujeito.

¹ Mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Fapesb). E-mail: tulioh@pop.com.br.

² Profa. de História da Arte na Universidade Católica do Salvador e orientadora no programa Memória: Linguagem e Sociedade da UESB.

³ A pesquisa em história sofreu ao longo das últimas décadas, especificamente a partir da terceira geração da *École de Annales*, profundas transformações em seu objeto de estudo, abandonando o apreço das



Tangivelmente, recorreremos à teoria das mentalidades para fundamentarmos um sujeito inerente a sua estrutura social e seus mecanismos/dispositivos que lhes permitam dualmente: *lembrar e esquecer, ser e agir* ou *acumular e lembrar, agir e produzir* saberes.

Nossa problematização compreende um conjunto orgânico de inúmeras relações e, às vezes, até mesmo antagônicas nos campos sociais e psicológicos. Certamente, não podemos paulatinamente pensar a memória sem a história ou a história sem a memória, que se apresenta e “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1981), construindo lugares de memória que possibilitam um lugar de estudo e pesquisa sobre o sujeito, a memória e seus postulados.

Pautando-se na condição estabelecida por essa interdisciplinaridade na forma de pensar o estudo da memória e suas características, buscamos a definição de três tipos essenciais de memória sintetizados por Gregolin (2000, p.21), que iluminam o viés teórico de nosso trabalho: a **memória mítica** (lendária, sem cronologia possível que remete ao tempo afastado dos deuses e dos homens); a **memória social**⁴ (de um tempo pesquisável e pesquisado) e a **memória construída** pelo historiador.

Nesse ínterim, traçamos um caminho metodologicamente calcado em uma revisão bibliográfica bastante específica, breve e objetiva, acerca do quanto teríamos teleologicamente da memória vista pelo sujeito ao mesmo tempo objeto e saber produzidos. Acrescentamos ainda à proposta de Santos (2003), em desenvolver um argumento de que construções do passado, muitas vezes, são sustentadas por estruturas coletivas e criadas por sujeitos, de modo que estes dois movimentos não se excluam, mas se complementem.

descrições meramente narrativas e parciais, influenciadas pelo positivismo, passando a interpretar criticamente a sua principal fonte de estudo que é o passado. A partir deste novo projeto de se estudar a história em categorias como cultura, singularidade, subjetividade e dialética possibilitaram a análise simultânea dos macro e micro espaços de socialização do sujeito histórico, nas quais se tornaram possível o estudo de seus rastros, vestígios, emblemas e sinais de sociabilidade de forma interdisciplinar e produtiva, ao mesmo passo que novas fontes e temas se tornaram pesquisáveis, tais como os signos, a memória coletiva, as vestimentas e o próprio sujeito. Cf. BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

⁴Maurice Halbwachs instituiu o conceito de memória social a partir das considerações de Durkheim a respeito da temática da memória. Nesta concepção, a memória social se dá a partir do conhecimento coletivo, dos símbolos e acordos vigentes em uma sociedade e/ou grupo. Desse modo, o sujeito nunca está isolado mesmo se mantendo afastado de outros, pois, na perspectiva halbwachiana, todas as referências e pulsões acionadas por esse sujeito advêm de seu grupo. O desaparecimento total de um grupo social, portanto, enterra consigo sua memória que não se renova, nem mesmo se resgata. Cf. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

Dividiremos esse estudo em duas partes principais, sendo a primeira, uma análise teórica baseada no que seria o sujeito da memória, considerando a ideia de que esse seja um sujeito histórico e/ou pragmático, responsável por sua condição e seus devires instituídos a partir de seu lugar de reconhecimento como sujeito na memória coletiva. Também ilustraremos nesse primeiro momento algumas de suas funções e/ou atos no seio social numa incursão de seu porvir subjetivo.

A segunda parte se resume na visão dos saberes responsáveis pela constituição de uma memória material e objetiva, em que centramos nossa atenção na possível substancialidade dessas memórias imbricadas em seus espaços determinados por uma pluralidade de sentidos significantes representados por seus sujeitos. Relacionamos nesse segundo tópico a memória coletiva e seus lugares a partir da relação inerente do indivíduo e o seu grupo social determinante de saberes coletivos e, por conseguinte, individualidades correlatas a estrutura que os complementam.

O sujeito da memória

Partimos do pressuposto de que o sujeito histórico e/ou sujeito pragmático se institui a partir de um lugar e seu reconhecimento comum advém de outros sujeitos no meio coletivo em que habita. Há a partir desta concepção o nascimento do eu, no qual coexistem suas mentalidades num entrecruzamento fenomenológico e ideal para com o outro, marcando elos em bifurcação a tudo que entendemos como coletivo e individual. Portanto, teremos, além de um contradito cerceando o sujeito e seu espaço e/ou lugar de memória, (LE GOFF, 1994) “a emergência de um domínio repelido no ponto de junção do individual e do coletivo, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral”, em prol da constituição de discursos e subjetividades no campo das ideias, determinando, a partir da estrutura globalizante, as formas de pensar e de sentir dos pequenos grupos humanos.

Essas subjetividades também podem ser entendidas no sujeito como atos mentais⁵, ou neste caso como dispositivos que nos permitam lembrarmo-nos *o* e *do*

⁵“Segundo Brentano, a natureza da mente é determinada por certo número de ‘atos’ mentais. Por ‘ato’ compreendia a ideia de que a mente é dirigida para certos tipos de objetos. Distingua três tipos de ‘atos’ dessa espécie – a representação, o juízo e o que chamava de ‘os fenômenos do amor e do ódio’”. Cf. HAMLYN, D. W. Uma história da Filosofia Ocidental: fenomenologia e movimentos correlatos: In. CHATELET, François. **Hegel**. Rio de Janeiro: Ed.Jorge Zahar. Trad. Ruy Jungmann, 1995. p.379.

sentir, seja a partir das representações, bem como dos juízos. Contudo, classificarmos a memória como um objeto do sujeito seria de modo bem minimalista interpretar as relações humanas exclusivamente inerentes aos lugares nos quais seja permitido o alcance e a manutenção de seus dispositivos. Desse modo, concordaríamos com o que nos propõe Halbwachs (2004) ao dizer que:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (...) Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (Halbwachs, 2004. pp.26-34)

Eis que nos estudos de Halbwachs acerca da memória, não há uma separação entre memória e sociedade - *portanto instituindo uma subjetivação do sujeito em seu caráter orgânico e coletivo* [grifo meu], considerando que a memória faz-se *per se* uma construção social. Deste modo, os sujeitos acionam seus mecanismos mnemônicos a partir das estruturas sociais que lhes circundam e lhes constituem. Porém, em Bartlett (apud. Santos, 2003), esses sujeitos teriam razões e intenções com significados próprios no processo de construção de suas memórias, discussão que retomaremos mais adiante. Mas, é apenas a partir de Halbwachs, entretanto, que relacionamos nossas lembranças do passado a partir dos eventos do presente, estabelecendo a memória como forma de conhecimento da realidade fundada na subjetividade dos sujeitos.

Entretanto, há em cada sujeito ou grupo suas maneiras de sentir e existir, saltando as fronteiras dos particularismos simbólicos, consistindo em campo de mediações simbólicas pelas quais um grupo humano apreende o real e fundamenta suas identidades, conforme nos elucidava Francisco (2000):

A identidade está na consciência do sujeito e, para além disso, está o indeterminado. A relação entre o determinado (consciência) e o indeterminado é a diferença entre o previsível e o imprevisível (...) a identidade é o determinado – ou o conhecido/consciente, mas

igualmente o indeterminado, o *ex* (fora, pôr-se fora) *istir* (estar/estabilidade) – jogo que leva o homem a *ex-istir/in-sistir*. Predileção do ser, a identidade é o uno [...] esta relação unitária (ser consigo mesmo o mesmo) é mediada pela linguagem (pensar/ser), como campo de força que compõe *ser/pensar* I *si-mesmo* e *ser/pensar* É *si-mesmo*. [...] (Francisco, 200. pp.123 -124)

Esse raciocínio nos leva a questionar sobre o quanto do sujeito há na memória social e no lugar material em que ele habita ou o quanto desse lugar social se transfere para o sujeito na formação de sua identidade como sujeito. Dessa perspectiva, formatam-se significados gerais sobre o que seria esse objeto de memória permeado e/ou consonante ao sujeito do estudo proposto, numa relação imbricada do que constituímos por *nós* e o *objeto* de nosso juízo, que não dependeria de uma relação real, mas essencialmente mnemônica.

Pierre Nora vai à contramão da visão de Le Goff (1994) naquilo que entendemos e suscitamos quanto à materialidade histórica da memória inerente ao sujeito histórico, perspectiva que também se mostra difusa na concepção halbwachiana em defesa da inerência do sujeito aos seus espaços físicos. Em Nora (1993), o sujeito é dependente dos laços que o acompanha durante sua vida, laços lineares e ininterruptos emancipando o sujeito pragmático de uma razão objetiva, dando-lhe um caráter de especificidade subjetiva, na qual ele depende exclusivamente de simbolismos. Portanto, não temos em Pierre Nora uma harmonia entre o que consideramos memória histórica e o que ele elege como sendo memória como lugar⁶. Para ele (1993, p.25) “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos”.

No entanto os lugares de memória não são restritamente materiais e talvez nem o sejam simplesmente materiais considerando que os são definidos pelo sujeito em seu desejo de preservação de uma memória que beira o esquecimento, ou simplesmente sua

⁶ A necessidade do homem de preservar suas ‘memórias’ abre uma vertente teórica para o que o historiador francês Pierre Nora vai eleger por lugares de memória, ou seja, espaços simbólicos ao mesmo tempo materiais calcados no seio da coletividade para o alicerçamento de suas memórias ou vontade de memória. “Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos (...) São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade”. Essas memórias são símbolos e/ou códigos de identificação dos sujeitos em seus espaços, porém se estabelece na sociedade como uma memória viva e presente a partir dos seus rituais de sacralização: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”. Cf. NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, nº 10, p. 7-28, dez, 1993. p.13.

historicidade sistemática e factual. Em Nora o sujeito elege esses lugares como um momento de vicissitude de uma tradição fluente e ininterrupta, demarcando a posição do sujeito para com o seu passado a fim de se reconhecer nele bem como se estabelecer no tempo da história. Mas de que sujeito ou quais os tipos de sujeito evidenciamos?

Michel Foucault (1995) em seu artigo “O sujeito e o poder”, nos traz uma latente discussão acerca do que seria e/ou instituiria o sujeito objetivado por suas práticas. Nesse sentido, a visão foucaultiana contribui para a compreensão do sujeito do ponto-de-vista epistemológico, discutindo o lugar e a posição ocupados pelos sujeitos, o que lhes daria o caráter de sujeito objetivado por seu lugar e função em uma sociedade – assim como se constrói a figura do louco, o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons -, a qual o filósofo considera ser um de seus principais objetivos de estudo: criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornaram sujeitos. O sujeito pragmático, portanto, pensado por nós é o sujeito que em Foucault sofre tais práticas de coação da objetivação. Sendo assim, o sujeito é dividido em três modos de objetivação que instituem um saber constituído no seio de uma sociedade através de suas verdades.

O primeiro seria o modo da investigação, ou seja, a busca pelo discurso autorizado da ciência na filologia; o segundo modo de objetivação estaria em sua ação produtiva, sua luta diária pela sobrevivência ou razão de ser na sociedade a partir de sua relevância econômica; e o terceiro modo se daria em sua existência natural e biológica. Seriam, então, esses três modos, para Foucault, os responsáveis pela transformação do ser humano em sujeito dividido em seu interior e em suas representações coletivas dentro da sociedade e da história.

Foucault vai ilustrar essa preocupação com o sujeito a partir de sua abordagem na trilogia “História da sexualidade”, na qual sua pergunta inicial é descobrir como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de sexualidade. Um problema suscitado em nós e sucessivamente problemático quando propomos a existência de um sentimento de reconhecimento humano, de sua memória e de como essa memória se estabelece no sujeito, ou o sujeito nessa memória, sem que se confunda essencialmente como uma questão identitária ou de pertencimento.

Entretanto, ao consideramos as proposições foucaultianas para entendermos melhor as categoriais de sujeito levantadas em nosso trabalho nos cercamos de instrumentos teóricos que determinam condições, a exemplo, dos modelos considerados por ele.

No primeiro exemplo do modo de objetivação foucaultiano, defrontamo-nos com a condição de *ex* (fora, pôr-se fora) e *istir* (estar/estabilidade). Esse fenômeno de reconhecimento de sua existência como sujeito se daria no instante em que o ser humano toma a ciência, ou seja, a verdade autorizada, como um saber único responsável por estabelecer marcas individuais de reconhecimento, tal como uma seleção natural ao mesmo tempo sistematizante daquele que pensa para existir, sendo reconhecido pelo outro em sua deferência numa perspectiva bem decartiana. Este *existir* seria então à busca de saberes que possam legitimar a sua posição de sujeito pensante e detentor de verdade.

O segundo e o terceiro modos de objetivação determinados pelo modo de produção e reconhecimento natural de si dá ao homem a possibilidade de estabelecer a diferença de seu sujeitamento, por meio de sua conduta e práticas exercidas, em acordo com a ética vigente num jogo que o mantém conectado a uma rede de resistências e poderes. Jogo que leva o homem a *ex-istir/in-sisttir* em direção a predileção do uno, medida pela linguagem, que e o atravessa por uma alienação de direito, separado dele mesmo pelas palavras, pelo trabalho, pelos desejos.

Seria, então, o trabalho e a linguagem, em toda a sua amplitude, valores dignos dos homens de bem responsáveis pela ligação destes ao sistema que lhes oferece condições de possibilidade para sua inserção coletiva e igualitária, propondo por meio das semelhanças, das quais se operam tais imagens as significações dos bens simbólicos e culturais e a leitura de seus significados como sujeitos objetivados e edificadores de suas próprias subjetividades convergidas em memória?

Esse questionamento é, sem dúvida, a base fundamental para pensarmos a materialidade e/ou substancialidade da memória. Partindo do pressuposto de que a linguagem e os valores acordados entre os sujeitos em seus espaços edificam um saber comum e legível, começamos a estabelecer a ligação desses valores ao que possivelmente entendemos por conhecimento e, portanto, seria esse conhecimento o elo de um sujeito ao outro e ao seu meio. Não obstante, o trabalho, a linguagem, os ritos, as crenças e os arquivos comporiam um simulacro na subjetividade humana e no organismo da estrutura social, sendo interno ao mesmo que externo ao sujeito, e este o seria o objeto da memória suscitado desses simbologismos e práticas.

Todo o exercício humano e suas práticas em torno do lembrar e esquecer e, além disso, nos oferece a exterioridade material-simbólica da memória, responsável por fundar e situar o homem como sujeito de seu tempo. É a partir desse ponto complexo e

filosófico em torno da substancialidade mnemônica que propomos a discussão seguinte, em que poderemos não apenas situar tais substancialidades, se é que elas existam de fato, mas também questionar suas objetividades, já que a memória se constituiria não apenas de lugares concretos e materiais, mas também de simbologismos etéreos e virtuais.

O objeto da memória

Propomos-nos neste tópico uma discussão em torno de um resgate à centralidade da memória e sua virtualidade substanciada para tentarmos esclarecer, mesmo que parcialmente, a ideia construída sobre sua objetividade enquanto representação e/ou saberes. Pretendemos ainda postular as condições de possibilidade do sujeito histórico no âmbito de sua formação e institucionalização derivada dos espaços sociais determinantes de significações.

Hallet (1996) ao relacionar a sociedade e o indivíduo numa perspectiva histórica vai apontar o quão difícil se faz separar o sujeito de seu meio ou determinar a sua ordem de construção equiparando a individualidade (sujeito) à sociedade (saberes coletivos, verdade), em sua visão, inseparáveis ao considerar a complementaridade estabelecida entre um e o outro:

Logo que nascemos, o mundo começa a agir sobre nós e a transformar-nos de unidades meramente biológicas em unidades sociais. Todo ser humano em qualquer estágio da história ou da pré-história nasce numa sociedade e, desde seus primeiros anos, é moldado por essa sociedade. A língua que ele fala não é uma herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual ele cresce. Ambos, língua e meio, ajudam a determinar o carácter de seu pensamento; suas primeiras ideias são provenientes de outras (...) o indivíduo, desligado da sociedade, seria incapaz de falar e de pensar. (Hallet, 1996. pp.67-68)

Sem dúvida, trata-se de uma concepção baseada nos princípios durkheimianos a propósito das relações indivíduo-sociedade - conquanto na visão de Durkheim (2003), o social se faz antecessor ao individual, pois o princípio mor seria lógico, portanto indedutível se partido do complexo para o simples, embora permitido a dedução do simples a partir do complexo. No entanto, qual seria a relação objetiva que fazemos em torno da memória objeto de conhecimento do sujeito?

Calçados nessa perspectiva teórica, partindo dos princípios halbwachianos a respeito da memória coletiva institucionalizada, baseada na relação entre o sujeito e seu grupo, percebemos a memória como a base sólida que constitui os sujeitos em suas relações, ou seja, a sociedade. Considerando, então, toda a trama que lhe possa permear e estabelecer laços a partir de identificações comuns e legíveis no seio de um grupo social. Desse modo não se estabelecendo apenas uma constituinte branda em seu exercício de pensar e agir, mas sim, em objetivar todas as ações psíquicas e/ou ideológicas do sujeito, sejam essas, fragmentadas ou contínuas, lentas ou imediatizadas.

O objetivo da memória aqui se estabelece em todas as práticas e saberes constituídos pelos grupos humanos em seus espaços, caracterizando formas similares ao rizoma⁷, portanto, ao mesmo tempo coerente em seu fator de reprodução e abstrato ao passo intermitente rumo à natureza e os saberes externos. Porém, não podemos excluir a participação de Bergson (1979) no tocante a sociabilidade e/ou substancialidade da memória. Bergson será o primeiro filósofo a considerar seriamente os limites da memória enquanto atributo exclusivamente da consciência humana associando à subjetividade elementos inerentes à matéria. Na busca ao movimento concreto capaz de trazer o passado para o presente em uma reunião de espírito, matéria, consciência e corpo físico, diferentemente das concepções halbwachianas e talvez mais próximo de Nora, o sujeito seria a ligação sensível do humano aos objetos estruturais da memória e sua reprodutibilidade múltipla no espaço social.

Contudo, a separação entre sujeito e objeto de conhecimento quando proposta em muitos estudos se apresenta de forma difusa e parcial, não que pretendamos dar por verdadeiras as análises e leituras elencadas para a fundamentação desse estudo, mas é nessa verdade que nos alimentamos na tentativa de correlacionar o desaparecimento

⁷ A origem da palavra rizoma vem da botânica e é a denominação de plantas cujos caules subterrâneos crescem horizontalmente, ramificando-se para dar origem a novas plantas. Como exemplo de rizomas mais populares os bambus e o gengibre. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurpelo século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5. Ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. O rizoma entendido por Deleuze seria a interrelação dos conceitos e modelos de como os acontecimentos são realizados, livres em seu tempo e espaço, de modo que esses sejam acontecimentos das relações entre os elementos do princípio característico das multiplicidades. Assim o humano é atravessado por ações externas, que se encontram no campo sociocultural, promovendo encontros que ora cristalizam o sujeito aos seus valores estabelecendo uma unidade mecânica e comumente repetitiva, ora os faz produzir e viver de forma criativa o seu devir. Portanto, o sujeito e o objeto ao exercerem suas potencialidades se anulariam mutuamente na leitura da realidade natural, social, subjetiva, por fim, pluripotencial. Cf. ZOURABICHVILI, François. **“Vocabulário Deleuze”**. Rio de Janeiro, 2004. Edição eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas da UNICAMP.

e/ou inexistência da separação entre sujeito e objeto, aqui concebidos pelo mesmo viés teórico.

Não obstante, resta-nos a substancialidade uníssona da memória que se constitui como sintaxe e dispositivo em prol da formulação de imagens simbólicas no campo social, tornando-a fluxo textual determinada pela ordem e atribuições de seus sujeitos em suas experiências e conectividades no transcorrer de suas vivências no mundo virtual e social, ambos recorrentes das disposições do viver e lembrar, agir e esquecer, acumular e produzir.

Por conseguinte, ilustramos essa possível objetividade mnemônica por uma perspectiva historiográfica com certo teor lúdico inerente ao imaginário teórico, no que se propõe Caldas (2001), para entendermos a materialidade da memória como,

composição, fluxo rítmico de anexação e criação, momento narrativo, momento textual: determinada ordem “escolhida”, certa maneira de ler e dizer a experiência com e no vivido: é a experiência singular do sujeito ao dizer-se em movimento e relação: é a ficção segunda de uma vivência entre as ficcionalidades do mundo social: é a maneira singular de dizer e ordenar essas ficcionalidades: a memória é relação: como momento textual não é nem o passado nem uma narrativa definitiva: é um momento do sujeito que se traduz em ordem narrativa, em ordem de palavras: é elemento que se desdobra numa lógica de procriação similar ao cantar, ao recitar, ao sonhar. (Caldas, 2001. p.72)

Entretanto, conforme nos propõe Santos, a matéria da memória a que tanto suscitamos é atribuída por Halbwachs constitutivamente através dos fatos sociais. Neste curso, seriam as representações mnemônicas apresentadas entre si de forma simultânea, elaborando uma ligação homogênea e dialética entre todas as formas, sentidos, processos, representações, saberes e evocações dos dispositivos mnemônicos.

Conclusão

A conclusão arriscada a que nossas leituras e as interpretações delas nos trouxe é de que não haveria a memória sem o sujeito. Portanto, o sujeito da memória seria o próprio sujeito e de forma mais tangível o objeto ao qual tanto nos questionamos seriam os saberes acordados e as vivências entre esses sujeitos em seus espaços sociais e/ou lugares de memória. Certamente, incorreríamos num grave erro se tentássemos reduzir a

memória simplesmente ao sujeito pragmático excluindo os saberes que norteiam os símbolos sociais, contudo a complexidade na qual a discussão sobre a memória se estabelece apenas amplia os problemas em torno de seus postulados e sua própria categoria.

Referências bibliográficas

BERGSON, H. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CALDAS, Alberto Lins. História e memória: In. **Primeira versão**. Ano I, Nº 13, Julho, Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder – por que estudar o poder: a questão do sujeito: In. DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. **Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANCISCO, Dalmir. Comunicação, identidade cultural e racismo, In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.) **Brasil afro-brasileiro**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GREGOLIN, M. R. V. **Recitações de mitos: a História na lente da mídia**. In Filigranas do discurso: as vozes do discurso. Araraquara, Cultura Acadêmica Editora, 2000.

HALLET, Carr, Edward. **O que é história**. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HAMLYN, D. W. Uma historia da Filosofia Ocidental: fenomenologia e movimentos correlatos: In. CHATELET, François. **Hegel**. Rio de Janeiro/ Ed.Jorge Zahar. Trad. Ruy Jungmann, 1995. p.379.

LE GOFF, Jacques. Memória, In: **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, nº 10, p. 7-28, dez, 1993.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo, Annablume, 2003.